

**PROCESSO DE SELEÇÃO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR  
DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES/SE - PROVA  
TEÓRICA  
CADERNO DE QUESTÕES**

<b>NOME DO CANDIDATO:</b>	
<b>RG:</b>	<b>Nº de Inscrição:</b>

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO PARA PROVA DE CONHECIMENTOS**

1. Este Caderno de Prova é constituído de 40 (quarenta) questões objetivas, cada uma com quatro alternativas.
2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto, solicite ao fiscal que o substitua.
3. As respostas da Prova deverão ser, obrigatoriamente, transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para correção.
4. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida na FOLHA DE RESPOSTAS, marque com o **X** o campo correspondente.
5. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
6. A aplicação da Prova Escrita, deverá ter duração de 04 (quatro) horas, sendo que o pré-candidato só poderá retirar-se da sala depois de decorrida 02 (duas) horas do início, sem a Prova Escrita. Só podendo leva-la após 03(três) horas de Prova.
7. Terminada a prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal a FOLHA DE RESPOSTAS.
8. Cada candidato receberá uma FOLHA DE RESPOSTA que deverá ser entregue juntamente com a prova.
9. Durante a Prova Escrita, não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, comunicação entre os pré-candidatos e utilização de máquina calculadora, relógio de pulso digital, boné, chapéu, gorro, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, ou de qualquer material que não seja o estritamente necessário.
10. O pré-candidato não poderá ausentar-se da sala de Prova Escrita sem o acompanhamento do fiscal.

**BOA SORTE!**

**PERGUNTAS OBJETIVAS:**

- 1) **Qual das leis citadas abaixo, dispõe sobre a reestruturação da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e regulamenta regras para a composição e funcionamento do CMDCA de Nossa Senhora das Dores/Sergipe.**
- A. Lei nº 363/2019, datado de 07 de março de 2019
  - B. Lei nº 363/2019, datado de 07 de abril de 2019
  - C. Lei de nº 202/2018, datado de 18 de maio de 2016
  - D. Lei nº 502/2018, datado de 18 de maio de 2018
- 2) **Com relação a reestruturação do CMDCA de Nossa Senhora das Dores, quantos membros são compostos o CMDCA, em sua totalidade (governamental e sociedade civil)**
- A. 10 membros titulares e 10 membros suplentes
  - B. 8 membros titulares e 6 membros suplentes
  - C. 6 membros titulares e 6 membros suplentes
  - D. 4 membros titulares e 4 membros suplentes
- 3) **Somente poderão concorrer ao pleito de escolha os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:**
- A. idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes criminais extraídas na esfera estadual, certidões de antecedentes cíveis, ou segundo outros critérios estipulados pelo CMDCA, através de Resolução;
  - B. idade igual ou superior a 24 (vinte e quatro) anos;
  - C. residir no município há mais de 2 (dois) anos;
  - D. estar no gozo de seus direitos políticos;
- 4) **Ficam criados cargos de Conselheiros Tutelar titular e o mesmo número de cargos de Conselheiro Tutelar suplente, para mandato de \_\_\_\_\_anos, com pagamento de subsídios para quem estiver na titularidade e no efetivo exercício do cargo.**
- A. 3 anos
  - B. 4 anos
  - C. 5 anos
  - D. 6 anos
- 5) **Referente ao PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELAR, cabe ainda à Comissão Eleitoral Organizadora:**

- A. Não realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
  - B. Não estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
  - C. Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
  - D. Não providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;
- 6) Com relação ao FMDCA, o mesmo será constituído pelas opções abaixo, exceto:**
- A. pela dotação consignada no repasse mensal dos tributos municipais no percentual de 1%;
  - B. pelos recursos provenientes dos CEDCA e do CONANDA;
  - C. destinações de pessoas físicas e jurídicas, dedutíveis do contra cheque
  - D. pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- 7) Assinale a alternativa errada:**
- A Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente é regida pelos princípios:**
- A. da municipalização dos serviços;
  - B. da participação e controle da sociedade civil, por meio das organizações representativas na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente;
  - C. do poder/dever do CMDCA quanto à formulação, fiscalização e normatização das políticas públicas, voltadas para a criança e ao adolescente, promovidas pelo Município;
  - D. da manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social
- 8) Qual das alternativas abaixo, não é representada pelo poder público no CMDCA de Nossa Senhora das Dores?**
- A. Secretaria Municipal da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social;
  - B. Secretaria Municipal da Educação;
  - C. Secretaria Municipal de Finanças, Tributos Públicos e Planejamento
  - D. Secretaria Municipal de Segurança Pública

**9) Assinale a alternativa errada:**

- A. Em qualquer caso, deverá ser preservada à identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar.
- B. O membro do Conselho Tutelar poderá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.
- C. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.
- D. A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Dores

**10) Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal ou do distrito federal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:**

- A. Manter uma boa conduta pública e particular;
- B. Zelar pelo prestígio da instituição;
- C. Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
- D. Não é necessário sempre obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

**11) A lei nº 8.069/1990, também chamada Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe de mecanismos de proteção integral à criança e ao adolescente. Considera-se criança, para efeito de proteção da lei, a pessoa até:**

- A. Doze anos de idade incompletos.
- B. Dez anos de idade incompletos.
- C. Onze anos de idade incompletos.
- D. Treze anos de idade incompletos.

**12) Ato infracional equiparado a tráfico de entorpecentes, praticado por adolescente:**

- A. Enquadra-se, exclusivamente, sem possibilidade de medida alternativa, na hipótese de internação socioeducativa.
- B. Admite a substituição de internação socioeducativa por outra medida.
- C. Implica perda da liberdade do autor, indefinidamente.
- D. É penalmente irrelevante.

**13) Sem prejuízo de outras providências legais, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao:**

- A. Secretário municipal da infância e da juventude.
- B. Representante da defensoria pública.
- C. Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- D. Procurador do estado da vara da infância e da juventude.

**14) Constitui-se em um direito dos pais ou responsáveis, assegurado pelo estatuto da criança e do adolescente,**

- A. adentrar no prédio escolar até as salas de aula em qualquer horário.
- B. exercer a vigilância do filho no pátio escolar durante o recreio
- C. negar-se a enviar o filho à escola por discordância com a metodologia ali empregada.
- D. participar da definição das propostas educacionais

**15) São atribuições do Conselho Tutelar:**

- A. atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando a medida de encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- B. assessorar o Poder Legislativo local na elaboração da proposta orçamentária para planos de atendimento à criança.
- C. expedir declarações e outros documentos relativos ao adolescente.
- D. propor ações que visem à suspensão ou perda do pátrio poder.

**16) Com base nos artigos 75 e 76, que tratam da Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos e assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.**

As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando\_\_\_\_\_.

As emissoras de rádio e televisão somente exibirão,\_\_\_\_\_para o público infante juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

- A. apresentarem documentação ... cenas liberadas pela censura
- B. acompanhadas dos pais ou responsável ... no horário recomendado
- C. atingirem a maioria ... nas escolas
- D. devidamente identificadas ... no horário liberado

**17) Em relação às medidas socioeducativas, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta:**

- A. São aplicadas dos 10 aos 18 anos

- B. São aplicadas dos 11 aos 18 anos.
- C. São aplicadas dos 12 aos 18 anos.
- D. São aplicadas dos 12 aos 21 anos.

**18) Ao adolescente que pratica crime de homicídio qualificado deve ser imposta:**

- A. pena de reclusão.
- B. medida de segurança.
- C. custódia domiciliar, sob responsabilidade de quem tenha a sua guarda.
- D. medida socioeducativa de internação.

**19) Verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, EXCETO:**

- A. prestação de trabalho forçado
- B. liberdade assistida.
- C. prestação de serviços à comunidade.
- D. advertência.

**20) Considerando a prática de ato infracional por adolescentes e os direitos individuais assegurados, nessa situação, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa correta.**

- A. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime e não a estabelecida como contravenção penal.
- B. O adolescente não pode ser privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- C. O adolescente que comete ato infracional perde o direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo, contudo, ser informado acerca de seus direitos.
- D. O adolescente civilmente identificado será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, independente se para efeito de confrontação em caso de dúvida fundada.

**21) Dentre os direitos de toda criança ou todo adolescente, o ECA assegura o de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, a colocação em família substituta, assegurando-lhe a convivência familiar e comunitária. Fundando-se em tal preceito, acerca da colocação em família substituta, é correto afirmar que:**

- A. a colocação em família substituta far-se-á, exclusivamente, por meio da tutela ou da adoção.

- B. a guarda somente obriga seu detentor à assistência material a criança ou adolescente.
- C. o adotando não deve ter mais que 18 anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- D. desde que comprovem seu estado civil de casados, somente os maiores de 21 anos podem adotar

**22) Em relação ao Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta:**

- A. Lei Federal disporá sobre o dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar.
- B. A função de conselheiro tutelar não poderá ser remunerada.
- C. Compete ao Conselho Tutelar decidir processos de adoção.
- D. Conselho Tutelar é um órgão não jurisdicional.

**23) Assinale a alternativa errada:**

- A. é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- B. a proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta lei.
- C. considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.
- D. ao adolescente até quinze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

**24) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Em relação ao direito assegurado, conforme art. 53 da lei n.º 8.069, leia as afirmações e assinale v (verdadeiro) e f (falso).**

- ( ) ser respeitado pelos seus educadores.
- ( ) contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores.
- ( ) organizar e participar de entidades estudantis.
- ( ) participar da definição e elaboração da proposta curricular do município.
- ( ) ter acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A sequência correta é:

- A. F, V, V, F E F.
- B. V, V, V, V E F.

- C. F, V, F, V E F.
- D. V, V, V, F E V.

**25) Sobre os direitos individuais contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:**

- A. nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- B. o adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão.
- C. a apreensão de qualquer adolescente será comunicada à autoridade policial competente.
- D. não poderá haver internação de adolescente infrator antes da sentença judicial ou administrativa.

**26) Assinale a alternativa errada:**

- A. os filhos havidos fora do casamento não poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- B. os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- C. o poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
- D. aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

**27) Sobre as medidas específicas de proteção, pelo que vem disciplinado no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se dizer que:**

- A. são aplicáveis apenas a crianças, cabendo aos adolescentes as medidas socioeducativas.
- B. podem ser aplicadas tanto em casos de violação quanto em casos de ameaça de violação dos direitos da criança e do adolescente.
- C. tratam-se, na verdade, de gênero do qual são espécies, entre outras, as medidas pertinentes aos pais ou responsável e as medidas de prevenção especial.
- D. algumas podem ser aplicadas pelo Ministério Público, outras pelo Conselho Tutelar e outras ainda são de competência exclusiva da autoridade judiciária.



**28) Assinale a alternativa errada:**

- A. a autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.
- B. o deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do juizado, ouvido o ministério público.
- C. será deferida a inscrição se o interessado não satisfazer os requisitos legais, ou verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 29.
- D. a inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da justiça da infância e da juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

**29) Assinale a alternativa correta.**

- A. São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas legais.
- B. O adolescente poderá ser internado, mesmo antes da sentença condenatória, durante o prazo mínimo de sessenta dias.
- C. O adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- D. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinentemente comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

**30) Durante uma aula vaga, alguns alunos iniciaram uma brincadeira de pichação nos muros e paredes da escola. Verificando a confusão, o inspetor de alunos colocou os envolvidos na brincadeira de castigo, impedindo-os de voltarem a assistir às aulas. Segundo o art.18 do ECA, essa atitude do inspetor está:**

- A. Incorreta, porque deixou de zelar pela dignidade desses alunos.
- B. Incorreta, porque os adolescentes deveriam ser encaminhados para a autoridade policial.
- C. Correta, porque o inspetor deverá tomar as medidas necessárias para manter a ordem.
- D. Incorreta, pois esses problemas disciplinares devem ser resolvidos pelo supervisor de ensino.

**31) Sobre a adoção regulada pelo ECA (estatuto da criança e do adolescente), é correto afirmar que:**

- A. é revogável, após o adotado atingir a maioridade.
- B. em qualquer caso, poderá ser dispensado o consentimento do adotando, desde que esteja em situação de risco.

- C. em qualquer caso, poderá ser dispensado o estágio de convivência, desde que o adotando tenha menos de um ano de idade.
- D. em qualquer caso, poderá haver modificação do prenome do adotando, a pedido do adotante.

**32) O ECA, em seu artigo 100, recomenda que o Conselho Tutelar ou o Juizado da Infância e da Juventude, ao escolher a medida de proteção adequada a uma criança ou a um adolescente, deve dar preferência àquela que atender aos seguintes objetivos fundamentais:**

- A. atenuar a carência econômica da família natural da criança ou adolescente e promover a sua preparação para ingresso no mercado de trabalho
- B. promover a participação da criança ou adolescente em atividades remuneradas e oferecer atendimento psicológico especializado.
- C. atender às necessidades pedagógicas da criança ou adolescente e fortalecer os seus vínculos familiares e comunitários.
- D. prevenir a possibilidade de maus-tratos na família natural da criança ou adolescente e atender à sua necessidade de acompanhamento.

**33) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 e suas alterações), é correto afirmar que:**

- A. a garantia de prioridade no atendimento das crianças e dos adolescentes é de competência exclusiva do Estado.
- B. o direito à dignidade consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias e das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
- C. é facultativa a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- D. o poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

**34) “A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à ....., mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o ..... e o desenvolvimento ..... e harmonioso, em condições ..... de existência.”**

**Assinale a alternativa que contém os vocábulos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do dispositivo legal apresentado.**

- A. saúde ... nascimento ... sadio ... dignas

- B. liberdade - crescimento - saudável - vitais
- C. saúde – despontar – criterioso - normais
- D. segurança - estudo - regular - excelentes

**35) Em relação à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta.**

- A. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- B. A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses, mediante decisão fundamentada.
- C. A desinternação não necessita ser precedida de autorização judicial.
- D. Não será permitida a realização de atividades externas, mesmo a critério de uma determinação judicial.

**36) São diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente:**

- A. serviços gerais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de crueldade e opressão.
- B. políticas e programas de assistência social, em caráter permanente, para todos.
- C. criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
- D. proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos e deveres.

**37) As entidades que desenvolvam programas de abrigo à criança e ao adolescente deverão adotar o seguinte princípio:**

- A. observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes.
- B. desmembramentos de grupos de irmãos em famílias substitutivas.
- C. proceder a estudo social e pessoal de cada caso.
- D. participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

**38) O Estatuto da Criança e do Adolescente NÃO considera crime, a prática de:**

- A. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- B. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.

- C. Descumprir, injustificadamente, prazo fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente em benefício de adolescente privado de liberdade.
- D. Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.

**39) Em relação à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta.**

- A. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- B. A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses, mediante decisão fundamentada.
- C. A desinternação não necessita ser precedida de autorização judicial.
- D. Não será permitida a realização de atividades externas, mesmo a critério de uma determinação judicial.

**40) Sem prejuízo de outras providências legais, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao:**

- A. Secretário Municipal da Infância e da Juventude.
- B. representante da Defensoria Pública.
- C. Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- D. Procurador do Estado da Vara da Infância e da Juventude.

OBS: As questões 39 e 40 foram Anuladas.